



Impacta S.A. Indústria e Comércio

CNPJ/MF 61.194.494/0001-87

PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Balancos patrimoniais		Demonstração das mutações do patrimônio líquido		Reservas de lucros		Lucros acumulados		Demonstração dos fluxos de caixa	
	2023	2022	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Total reservas de lucros	Total	2023	2022	
Ativo circulante	92.454	120.198	56.071	3.206	58.874	62.080	118.151	Prejuízo do exercício	(2.280)	(6.972)
Caixa e equivalentes de caixa	12.418	30.784	-	-	5.068	5.068	5.068	Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa gerado pelas atividades operacionais	-	-
Contas a receber de clientes	41.335	44.990	8.274	(3.206)	(5.068)	(8.274)	-	IR e C/S diferidos	(372)	(4.670)
Estoques	32.407	27.603	-	-	-	-	(6.972)	Resultado na baixa do ativo imobilizado	72	56
Impostos a recuperar	3.645	1.951	-	-	-	-	6.972	Depreciação	24.966	24.690
Instrumentos financeiros derivativos	-	404	-	-	(6.972)	(6.972)	6.972	Juros e variações cambiais/monetárias	4.327	13.879
Outros ativos	1.636	2.175	64.345	-	51.902	51.902	-	Provisão para riscos	488	324
Ativo não circulante	153.916	142.402	-	-	(2.455)	(2.455)	-	Provisão para perdas nos estoques	704	800
Impostos a recuperar	3.256	3.318	-	-	-	-	-	Provisão para perdas esperadas para créditos de liquidações duvidosas	-	66
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.210	8.838	-	-	(2.280)	(2.280)	2.280	Varição nos ativos e passivos operacionais	6.349	(11.548)
Outros ativos	321	380	-	-	47.167	47.167	2.280	Contas a receber de clientes	6.349	(11.548)
Imobilizado	140.350	129.017	-	-	-	-	-	Estoques	(5.508)	2.281
Total do ativo	246.370	262.600	-	-	-	-	-	Impostos a recuperar	(1.632)	21.456
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			32.450	25.833			(6.972)	Depósitos judiciais	71	156
Passivo circulante	108.789	119.443	-	-	-	-	-	Outros ativos	598	1.135
Fornecedores	34.164	16.578	-	-	(3.062)	(2.670)	-	Fornecedores	18.892	(2.177)
Fornecedores risco sacado	17.271	36.747	-	-	(23.650)	(22.492)	-	Obrigações fiscais	792	155
Empréstimos e financiamentos	30.487	42.039	-	-	(636)	(859)	-	Obrigações sociais e trabalhistas	1.750	65
Obrigações fiscais	3.165	3.291	-	-	-	-	-	Provisão para riscos	(607)	(203)
Obrigações sociais e trabalhistas	11.456	9.706	-	-	-	-	-	Outras contas a pagar	571	694
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	5.240	8.923	-	-	-	-	-	Caixa líquido gerado pelas operações	49.181	40.187
Instrumentos financeiros derivativos	218	-	-	-	-	-	-	IR e CS pagos	(918)	-
Outras contas a pagar	6.788	2.159	-	-	-	-	-	Juros pagos	(7.521)	(10.849)
Passivo não circulante	26.069	26.910	-	-	-	-	-	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	40.742	29.338
Empréstimos e financiamentos	24.381	25.087	-	-	-	-	-	Fluxo de caixa das atividades de investimento	-	-
Provisão para riscos	1.688	1.807	-	-	-	-	-	Aquisição de imobilizado	(36.371)	(20.954)
Outras contas a pagar	-	15	-	-	-	-	-	Aplicações financeiras	11.278	(12.291)
Patrimônio líquido	111.512	116.247	-	-	-	-	-	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(25.093)	(33.245)
Capital social	64.345	64.345	-	-	-	-	-	Fluxo de caixa das atividades de financiamento	29.788	40.315
Reservas de lucros	47.167	51.902	-	-	-	-	-	Captações de empréstimos e financiamentos - principal	(40.386)	(23.906)
Total do passivo e do patrimônio social	246.370	262.600	-	-	-	-	-	Captações de fornecedores risco sacado	41.261	121.721
			-	-	-	-	-	Pagamento de fornecedores - risco sacado - principal	(58.540)	(121.324)
			-	-	-	-	-	Pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos	(6.138)	-
			-	-	-	-	-	Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(34.015)	16.806
			-	-	-	-	-	Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(18.366)	12.899
			-	-	-	-	-	Demonstração das variações do caixa e equivalentes de caixa	30.784	17.885
			-	-	-	-	-	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.418	30.784
			-	-	-	-	-	Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(18.366)	12.899

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional: A Impacta S.A. Indústria e Comércio ("Companhia" ou "Impacta"), localizada no município de Cajamar - SP, foi constituída em 1949 tendo como principal objeto a manufatura e comercialização de tubos e bisnagas de alumínio e plástico. Os produtos possuem aplicação em diversos segmentos, incluindo o segmento farmacêutico e cosmético, e são comercializados nos mercados interno e externo. **1.2. Situação econômico-financeira:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta excesso de passivo circulante sobre o ativo circulante, no montante de R\$16.335 e apresentou um prejuízo de R\$2.280. Os valores registrados no passivo circulante são decorrentes basicamente de operações com bancos e fornecedores em função dos investimentos efetuados ao longo do exercício de 2023 no parque fabril da Companhia. Adicionalmente, os acionistas da Companhia não possuem intenção de paralisar suas atividades, e por isso, se comprometem na manutenção do suporte financeiro, sempre que necessário, por meios de aportes que garantam o fluxo de caixa da Companhia. Como evento subsequente, em 24 de janeiro de 2024 foi realizada uma captação de Nota de Crédito à Exportação para capital de giro no montante de R\$ 9.845 que aumentou a liquidez corrente da Companhia. **1.3. Aprovação dessas demonstrações contábeis** As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 26 de fevereiro de 2024 e serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral Ordinária. **2. Apresentação das demonstrações contábeis, práticas contábeis materiais adotadas e outras informações elucidativas:** **• Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **• Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, e elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas políticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **a) Aplicação de julgamentos, estimativas, premissas e práticas contábeis críticas** na elaboração das demonstrações contábeis: O processo de elaboração das demonstrações contábeis envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: **• Vida útil remanescente do ativo imobilizado;** **• Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros;** **• Constituição de provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis;** e **• Análise de realização de imposto de renda, contribuição social diferidos e outros impostos.** A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revistas periodicamente pela Administração. **b) Instrumentos financeiros: ativos e passivos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos. **i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justos desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho, são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros, mensurados ao valor justo por meio do resultado: "caixa e equivalentes de caixa, conta corrente no exterior, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos". O valor justo é determinado conforme descrito na Nota Explicativa nº 24. **ii) Ativos financeiros:** São recebíveis com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os ativos financeiros abrangem contas a receber de clientes. **iii) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, fundos mantidos em contas bancárias e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até o fim de cada exercício, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **iv) Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras são de curto prazo, compostas por fundos de investimentos atrelados as moedas fortes, como o dólar e o euro, sujeitos a risco de mudança de valor dado que os fundos têm por objetivo acompanhar as variações do dólar e euro, prontamente conversíveis em moeda nacional. **v) Outros passivos financeiros:** Os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Após o reconhecimento inicial, os outros passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros nesta classificação: fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos. **vi) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro-rata temporis"). A Companhia possui junto a um de seus fornecedores a operação de risco sacado, no qual o fornecedor possui a opção de ceder títulos a receber da Companhia

junto a instituições financeiras, onde é efetuado um recebimento antecipado ao fornecedor por parte da instituição financeira sendo descontado os títulos a uma taxa de desconto previamente acordada entre Banco e o fornecedor. Cabe ressaltar, que a taxa de desconto não gera alteração nos preços praticados pelos fornecedores, mantendo-se a mesma composição de preço praticada previamente a operação de risco sacado. A transação de risco sacado concede a Companhia uma postergação de prazo aos pagamentos dos títulos que foram previamente negociados na operação, onde os pagamentos serão efetuados diretamente a instituição financeira portadora da negociação, e não mais ao fornecedor. A Companhia também mantém transações de antecipação por parte dos fornecedores de títulos ou notas fiscais a receber de seus clientes, onde a fonte financiadora antecipa o valor a pagar para o fornecedor na data de solicitação e recebe posteriormente do cliente na data de vencimento, esse procedimento é denominado de "risco sacado". Contabilmente, quando ocorre o **confirming** os títulos são baixados da conta de "Fornecedores" e são registrados em "Fornecedores risco sacado", no pagamento é baixada a provisão contra a conta bancos devido a saída do dinheiro em caixa. **• Custo de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, que são ativos que necessariamente levam um período de tempo substancial para ficarem prontos para seu uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de desses ativos até a data em que os ativos estão substancialmente prontos para o seu uso ou venda pretendida. A receita financeira auferida na aplicação temporária de empréstimos específicos ainda não utilizados com os ativos qualificáveis é deduzida dos custos de empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos de empréstimos são reconhecidos no resultado no período em que são incorridos. **vii) Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** São os passivos financeiros que sejam: **(i)** mantidos para negociação no curto prazo; **(ii)** designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente; ou **(iii)** derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado. O ganho ou perda líquido reconhecido no resultado incorpora quaisquer juros pagos sobre os passivos financeiros. Porém, para passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado, o valor das variações no valor justo do passivo financeiro atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em outros resultados abrangentes, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em outros resultados abrangentes resultasse no aumento ou decasamento contábil no resultado. O valor remanescente da variação no valor justo do passivo é reconhecido no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito do passivo financeiro reconhecidas em outros resultados abrangentes não são subsequentemente reclassificadas para o resultado; pelo contrário, elas são transferidas para lucros acumulados quando o passivo financeiro é baixado. Os ganhos ou as perdas resultantes de contratos de garantia financeira emitidos e designados pela Companhia ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado. O valor justo é determinado conforme descrito na Nota Explicativa nº 24. **c) Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, "swaps" de taxa de juros e de moedas. A Nota Explicativa nº 24 inclui as divulgações sobre os instrumentos financeiros derivativos. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. **d) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira:** Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos ou passivos, verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e nos encerramentos dos períodos, são reconhecidos como variação cambial ativa ou passiva no resultado. **e) Imobilizado:** É apresentado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada de forma linear, a taxas que levam em consideração a vida útil remanescente estimada dos bens, de acordo com as taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 8. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. **• Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"):** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor. **f) Reconhecimento de receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outros deduções similares. A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente e exclui valores cobrados em nome de terceiros. A Companhia reconhece receitas quando satisfizer à obrigação de performance ao transferir o bem prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando o cliente obtiver o controle desse ativo. **g) Contas a receber de clientes e perdas esperadas para créditos de liquidações duvidosas:** As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e ajustadas a valor presente, quando aplicável e relevante. Quando julgado necessário pela Administração e seguindo os conceitos do pronunciamento técnico CPC 48, são registradas as perdas esperadas para créditos de liquidações duvidosas, constituída com base em análise das contas a

revelar e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na sua realização. **h) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes e não circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. **i) Estoques:** Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor líquido realizável. **i) Matérias-primas:** custo de aquisição, seguindo o custo médio; e **ii) Produtos acabados e em elaboração:** custo dos materiais diretos, mão-de-obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Companhia. **j) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescentados, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorre nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **k) Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício apresentado, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidá-los, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando a Administração da Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, esse ativo é reconhecido somente quando sua realização for considerada líquida e certa, sem haver a constituição de ativos sob cenário de incerteza. A provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis está registrada de acordo com a avaliação de risco (perdas prováveis) efetuada pela Administração da Companhia, em conjunto com os seus consultores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no longo prazo. **l) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 ao ano e a contribuição social sobre o lucro líquido pela alíquota de 9% sobre a base tributável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre todas as diferenças temporárias, inclusive aquelas decorrentes das mudanças das práticas contábeis. Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos, contabilmente, com base na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para uso quando do efetivo pagamento e/ou realização das referidas adições, momento em que estas se tornarão dedutíveis na apuração dos referidos tributos. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. **m) Patrimônio líquido:** Ao final de cada exercício social, após a apuração do resultado, é verificado os saldos das contas de reservas de lucro, se o montante registrado nas contas de reservas de lucros excederem os montantes registrados nas contas de capital social, o valor excedente deverá ser distribuído ou capitalizado conforme aprovação do Conselho de Administração. **2.1. Procedimentos novos e ainda não adotados:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **• IFRS 17 - Contratos de Seguro:** O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direito e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por: **•** Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável); e **•** Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração. A nova norma não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. **• Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8:** As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. **Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2:** As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicarem julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecerem divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações contábeis da Companhia. **• Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12:** As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. **• Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12:** As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2023	2022
Prejuízo do exercício	(2.280)	(6.972)
Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
IR e C/S diferidos	(372)	(4.670)
Resultado na baixa do ativo imobilizado	72	56
Depreciação	24.966	24.690
Juros e variações cambiais/monetárias	4.327	13.879
Provisão para riscos	488	324
Provisão para perdas nos estoques	704	800
Provisão para perdas esperadas para créditos de liquidações duvidosas	-	66

Fluxo de caixa das atividades de investimento	2023	2022
Aquisição de imobilizado	(36.371)	(20.954)
Aplicações financeiras	11.278	(12.291)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(25.093)	(33.245)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captações de empréstimos e financiamentos	29.788	40.315
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(40.386)	(23.906)
Captações de fornecedores risco sacado	41.261	121.721
Pagamento de fornecedores - risco sacado - principal	(58.540)	(121.324)
Pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos	(6.138)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(34.015)	16.806
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(18.366)	12.899
Demonstração das variações do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	30.784	17.885
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	12.418	30.784
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(18.366)	12.899

BEPS e incluem: **•** Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e **•** Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações contábeis a compreenderem melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória, cujo uso deve ser divulgado, entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia, pois a Companhia não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano. **• Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor e se aplicável. **• Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento):** Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 - Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia. **• Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante:** Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As